

Requião diverge de liquidante

ANGÉLICA WIEDERHECKER

BRASÍLIA — O relator da CPI dos Precatórios, senador Roberto Requião (PMDB-PR), solicitou ontem ao Ministério Público que peça a abertura de um inquérito contra o liquidante do Banco Votor, Celso Macedo Possas, por prevaricação. O pedido se estendeu ainda a dois funcionários da Delegacia Regional do Banco Central no Rio de Janeiro: Sidney Ramos Ferreira e José Musiello Júnior. Possas, com a concordância de Júnior e Ferreira, teria, segundo Requião, liberado R\$ 14,5 milhões de um fundo de investimento estrangeiro que estava sendo aplicado no Brasil pelo Votor.

Requião disse que a medida causou prejuízo aos cofres públicos. Para o relator, os recursos administrados pela empresa Kingman, sediada no paraíso fiscal das Bahamas, eram do esquema dos precatórios, obtidos na negociação irregular de títulos públicos. “Um funcionário do Banco Central participou de manobra para lavagem de dinheiro do esquema”, acusou Requião, referindo-se a Possas, servidor aposentado do BC.

O pedido de Requião foi feito

no meio de depoimento prestado ontem à CPI dos Precatórios por Celso Possas. O depoente disse que só liberou o dinheiro após ter obtido a “concordância” da Divisão de Fiscalização da Delegacia do BC no Rio. A liberação dos recursos foi solicitada 10 vezes pela Kingman, por fax.

Ações — Possas disse ter enviado ao BC, em 28 de fevereiro, uma carta pedindo autorização para a operação, já que o manual de procedimentos do BC só trata de fundos de investimentos nacionais. Ele alegou que estava evitando possíveis ações na Justiça, por parte do fundo estrangeiro, por perda de aplicações.

O liquidante disse ter recebido a autorização do BC. A carta, datada de 4 de março, foi assinada por Ferreira e Júnior. O texto explica que o tratamento para fundo de investimentos estrangeiro deveria ser o mesmo adotado para fundo sediado no país — ou seja, a devolução do dinheiro a seus titulares. “Cumprido o que minha consciência determinou”, afirmou Celso Possas aos senadores. Possas entregou cópias das duas cartas ao presidente da CPI, senador Bernardo Cabral (PFL-AM).